



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (LICENCIATURA)**

ROBSON PEREIRA FONSECA

**GEOGRAFIA CARCERÁRIA
SISTEMA PRISIONAL TOCANTINENSE – LUGAR E TERRITÓRIO: A
PRODUÇÃO CULTURAL NA VIVÊNCIA ENTRE GRADES NA CADEIA DE PORTO
NACIONAL-TO.**

**Porto Nacional, TO
2023**

ROBSON PEREIRA FONSECA

Geografia Carcerária
Sistema Prisional Tocantinense – Lugar e Território: A produção cultural na vivência
entre grades na cadeia de Porto Nacional-TO.

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus
Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosane Balsan

Porto Nacional /TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F676s Fonseca, Robson Pereira.

Sistema Prisional Tocantinense – Lugar e Território: A produção cultural na vivência entre grades na cadeia de Porto Nacional-TO.: A produção cultural na vivência entre grades na cadeia de Porto Nacional-TO. . / Robson Pereira Fonseca. – Porto Nacional, TO, 2023.

25 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Geografia, 2023.

Orientadora : Rosane Balsan

1. Geografia Carcerária. 2. Sistema prisional. 3. Cadeia. 4. Porto Nacional-TO.. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ROBSON PEREIRA FONSECA

Geografia Carcerária
Sistema Prisional Tocantinense – Lugar e Território: A produção cultural na vivência
entre grades na cadeia de Porto Nacional-TO.

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosane Balsan

Data de aprovação: ____ / ____ / ____
Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosane Balsan (UFT)

Profa. Ma. Francislene Alves Bezerra (UFT)

Profa. Ma. Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro

Dedicado à minha falecida mãe em 7 de
janeiro de 2013.

“O lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez implica na relação com o tempo de significação deste espaço em lugar. "O lugar é um mundo de significado organizado." (TUAN, 1983, p. 198).

RESUMO

Este artigo tem por finalidade a busca por compreender como se dá a produção da atividade cultural na vida das pessoas que estão em estado de privação de liberdade no sistema prisional do Estado do Tocantins, mais precisamente na cadeia de pública da cidade de Porto Nacional e ao mesmo tempo verificar a ligação cultural que existe com o mundo exterior, assim, analisando a vida e cultura carcerária da prisão em paralelo a realidade da nossa sociedade. Esta obra também busca se apropriar do uso das categorias geográficas de lugar e território sua aplicabilidade dentro da prisão e ainda procura identificar por meio da bibliografia de autores da Geografia a melhor forma de interpretar o surgimento e disseminação da cultura carcerária dentro do Estado do Tocantins. Deste modo, o trabalho abordará as formas de comunicação, expressões artísticas culturais, jogos, regras e modo de vida cotidiano dos reeducados. O viver na prisão revelado, a assimilação da cultura e as marcas culturais que cada ex-reeducando leva para sua vida. Embora o Estado tenha muitas unidades prisionais, o trabalho se embasa na cadeia de Porto Nacional, o que é mais que suficiente para adentrar ao universo cultural atrás das grades.

Palavras-chaves: Geografia carcerária. Sistema prisional. Cadeia. Porto Nacional.

ABSTRACT

The purpose of this article is to seek to understand how cultural activity is produced in the lives of people who are deprived of liberty in the prison system of the state of Tocantins and, at the same time, to verify the cultural connection that exists with the outside world, thus analyzing prison life and prison culture in parallel with the reality of our society. This work also seeks to appropriate the use of the geographic categories of place and territory and its applicability within the prison and seeks to identify, through the bibliography of great names in Geography, the best way to interpret the dissemination and despondency of prison culture within the state of Tocantins. In this way, the work will address the forms of communication, cultural artistic expressions, games, rules and the daily way of life of the inmates. Living in prison revealed the assimilation of culture and the cultural marks that each ex-inmate person takes to rest of his life. Although the state has many prison units, the work is based on the five largest in the state, which is more than enough to enter the cultural universe behind bars.

Key-words: Prison geography. Prison System. Chain. Porto Nacional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quantidade de Presos/Internados.....	18
Tabela 2. Quantidade de pessoas presas por faixa etária.....	18
Tabela 3. Quantidade de pessoas por Etnia	19
Tabela 4. Quantidade de pessoas por Grau de instrução... ..	19
Tabela 5. Quantidade de pessoas presas por Tipos Penal.....	20

SUMÁRIO

_Toc144893009

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 Cultura de Encarceramento	12
2.2 Educação e encarceramento	14
2.3 Perfil socioeconômico dos apenados.....	15
2.4 Abordagens teóricas sobre o crime	16
3 PERFIL CARCERÁRIO NACIONAL E DO ESTADO DO TOCANTINS.....	18
4 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS NA CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE PORTO NACIONAL-TO	21
5 METODOLOGIA.....	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a cultura e subcultura que surgem entre as pessoas privadas de liberdade na Casa de Prisão Provisória da cidade de Porto Nacional, localizada no Estado do Tocantins e inaugurada na década de 90, ainda sob a gestão do então governador do Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos. Assim, o trabalho buscou investigar os efeitos dessa cultura adquirida durante o período de encarceramento na vida dos ex-reeducandos, principalmente em relação ao seu processo de ressocialização e reintegração à sociedade após a prisão.

Para atingir esses objetivos, esta pesquisa adotou uma abordagem que explora as categorias geográficas de território e lugar. Será fundamentada em bibliografias de autores da geografia cultural, bem como em autores complementares e outros materiais subsidiários relevantes. Além disso, foram realizadas entrevistas e observações diretas para enriquecer a análise.

A cultura prisional é um fenômeno complexo que se desenvolve dentro das prisões e influencia a vida dos detentos. Compreender essa cultura é essencial para entender os desafios enfrentados pelos ex-detentos ao retornarem à sociedade e os possíveis efeitos que ela pode ter em sua ressocialização.

Nesse sentido, esta pesquisa visa avaliar os impactos da subcultura prisional tanto durante o período de encarceramento quanto no pós-prisão, quando os ex-encarcerados já estão em liberdade. Pretende-se investigar como essa cultura influencia suas atitudes, comportamentos e percepções.

A metodologia adotada será qualitativa, utilizando-se da observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. A observação participante permitirá uma imersão na cultura prisional, enquanto as entrevistas proporcionaram insights valiosos sobre as experiências individuais dos ex-apenados. Além disso, a análise documental abrangerá relatórios, registros e outros materiais pertinentes relacionados à cultura prisional e ao processo de ressocialização.

Espera-se que esta pesquisa traga à tona os efeitos da cultura prisional na vida dos detentos, assim como sua influência no processo de ressocialização após a prisão. Os resultados obtidos poderão contribuir para o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes de reintegração social, com o objetivo de minimizar os impactos negativos da cultura prisional na vida das pessoas que estiveram em estado de privação de liberdade. Em suma, esta pesquisa pretende ampliar o conhecimento sobre a cultura prisional e suas consequências no processo de ressocialização, fornecendo subsídios importantes para a implementação de estratégias mais efetivas na reinserção dos ex-reeducandos na sociedade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Cultura de Encarceramento

Inicialmente, abordaremos o conceito de cultura de encarceramento, explorando suas origens teóricas e as diferentes interpretações desse fenômeno. Serão discutidos estudos que analisam como a cultura prisional influencia a vida dos indivíduos encarcerados, as dinâmicas internas das prisões e a relação com o sistema de justiça criminal.

O conceito de cultura de encarceramento tem sido amplamente explorado por pesquisadores ao longo dos anos. Nora (1993) aborda a problemática dos lugares, discutindo a relação entre memória, história e espaços físicos, o que contribui para a compreensão da cultura de encarceramento.

No campo da Geografia do Crime e da Violência, diversos autores têm se dedicado ao estudo dessa cultura prisional. Melo, Chagas et.al (2019) são alguns dos pesquisadores que têm investigado a influência da cultura prisional na vida dos indivíduos encarcerados, nas dinâmicas internas das prisões e na relação com o sistema de justiça criminal.

A proporção de liberdades e prisões em cada Unidade da Federação depende de uma série de questões, como as políticas de segurança pública adotadas pelos estados, a cultura profissional e corporativa dos profissionais do sistema de justiça criminal, o retrospecto de utilização de alternativas penais assumidas pelo Judiciário, bem como a disponibilidade e a qualidade das políticas sociais e assistenciais do poder executivo de cada estado e município. (AZEVEDO, SINHORETTO e SILVESTRE, 2022, p. 288).

De acordo com Azevedo, Sinhoretto e Silvestre (2022, p. 288) “As políticas de segurança pública adotadas pelos Estados desempenham um papel fundamental na determinação das taxas de encarceramento e de utilização de medidas alternativas”. Estratégias focadas no encarceramento em massa tendem a aumentar a população carcerária, enquanto abordagens mais voltadas para a prevenção, a ressocialização e a aplicação de medidas alternativas podem contribuir para uma redução no número de pessoas privadas de liberdade.

Esses estudos revelam as normas informais, valores, práticas e rituais que são internalizados pelos detentos. Essa construção de identidade no ambiente prisional e as relações de poder estabelecidas entre os detentos são aspectos explorados por esses pesquisadores. Além disso, a cultura profissional e corporativa dos profissionais do sistema de justiça criminal também exerce influência. As concepções e os valores dos juízes, promotores e defensores públicos podem influenciar suas decisões em relação à aplicação de penas e medidas alternativas. Se houver uma mentalidade punitiva predominante, é mais provável que se opte pela prisão, mesmo em casos em que medidas menos restritivas seriam adequadas. Azevedo, Sinhoretto e Silvestre (2022).

Sendo assim, a análise da cultura de encarceramento também considera a relação entre

essa cultura prisional e as políticas penitenciárias. Essas políticas e práticas adotadas nas prisões são investigadas para entender como elas afetam a vida dos detentos e podem influenciar a ressocialização e a reincidência criminal.

As pesquisas desenvolvidas por esses autores ao longo dos anos têm contribuído para a compreensão da complexidade desse fenômeno e para a busca por abordagens mais eficazes no sistema prisional. Seus estudos fornecem subsídios para a implementação de políticas públicas que visam à ressocialização dos detentos, à redução da reincidência criminal e ao respeito aos direitos humanos no contexto prisional.

A problemática do encarceramento no Brasil tem despertado a atenção de pesquisadores e autoridades ao longo dos anos. O país tem enfrentado um aumento contínuo na população carcerária desde a promulgação da Constituição de 1988. Esse cenário torna-se ainda mais preocupante quando observamos o elevado percentual de presos provisórios, ou seja, pessoas que aguardam julgamento atrás das grades.

Um documento relevante para o entendimento dessa realidade é o "Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil", publicado pela Secretaria Geral da Presidência da República e pela Secretaria Nacional de Juventude em 2015. Essa pesquisa destaca a situação dos jovens no sistema carcerário brasileiro, evidenciando a necessidade de políticas específicas voltadas para essa parcela da população (BRASIL, 2015).

Diante desse contexto, é fundamental refletir sobre as diferentes perspectivas e abordagens que permeiam o sistema carcerário brasileiro. A coexistência entre a prisão e as alternativas ao cárcere levanta questionamentos sobre as concepções de crime, criminoso e punição adotadas pelos profissionais do sistema de justiça criminal. A análise dos dados coletados em pesquisas como o Mapa do Encarceramento e a compreensão das escolhas políticas debatidas e que podem contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema. (AZEVEDO, 2020).

É fundamental que as políticas de segurança pública sejam pautadas na prevenção, ressocialização e na utilização de medidas alternativas, visando reduzir o encarceramento em massa e promover uma abordagem mais justa e eficaz em relação ao sistema penal. O diálogo entre diferentes atores, a consideração das particularidades regionais e o investimento em políticas sociais e assistenciais são elementos essenciais para buscar soluções mais humanizadas e coerentes com os princípios de justiça e respeito aos direitos humanos. (BRASIL, 2015).

Em resumo, Nora (1993) e os pesquisadores Melo, Chagas, Batella, Diniz e Lacerda têm fornecido insights valiosos sobre a cultura de encarceramento, seus efeitos sobre os indivíduos encarcerados e a necessidade de repensar as abordagens adotadas no sistema de justiça criminal. Suas contribuições são fundamentais para promover um ambiente prisional mais justo, humano e efetivo na reintegração social dos detentos.

Holzer (1997) propõe uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente. O artigo intitulado "Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente", publicado na Revista TERRITÓRIO, apresenta uma abordagem que busca compreender a relação entre os seres humanos e o espaço em que vivem. O autor explora como esses conceitos podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva fenomenológica, destacando a importância da subjetividade e da vivência individual na construção do significado atribuído aos lugares e ao ambiente.

Bursztyn e Araújo (1997), por sua vez, examinam a realidade das pessoas em situação de rua em Brasília no livro "Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília". Os autores abordam as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos e analisam as causas estruturais e sociais que contribuem para sua exclusão e marginalização. Ao trazer à tona as origens e as consequências desse fenômeno, eles destacam a importância de compreender o contexto mais amplo em que a população de rua está inserida, evidenciando a necessidade de políticas públicas abrangentes que abordem as raízes da exclusão social.

Buttimer (2015) contribui para o debate sobre o sentido de lugar em seu artigo "Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar / Place, reach, and the sense of place", publicado na revista "Geograficidade". A autora explora a construção de conexões emocionais e simbólicas com os lugares e destaca a importância da interação entre os indivíduos e o ambiente físico na formação do sentido de pertencimento. Seu trabalho ressalta como a relação entre as pessoas e o lugar molda a percepção e o significado atribuído a um determinado local, enfatizando a importância de uma abordagem holística na compreensão da relação entre os seres humanos e o ambiente em que vivem.

Essas obras oferecem perspectivas enriquecedoras para elucidar a relação entre indivíduos e espaço. Ao explorar os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente, bem como ao examinar as experiências vividas pelas pessoas em situação de rua e a construção do sentido de lugar, esses estudos contribuem para uma visão da complexidade das relações entre seres humanos e ambiente físico.

2.2 Educação e encarceramento

A relação entre educação e encarceramento tem sido objeto de estudos e pesquisas, destacando a importância do acesso à educação formal e programas de ressocialização no contexto prisional. Nesse sentido, Bursztyn e Araújo (1997) abordam em seu trabalho intitulado "Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília" a realidade vivida por pessoas em situação de rua, explorando os desafios enfrentados e as possíveis estratégias de inclusão social.

Por sua vez, Buttimer (2015), em seu artigo "Lar, horizontes de alcance e o sentido de

lugar / Place, reach, and the sense of place", discute a importância do ambiente físico e social na construção do senso de pertencimento e identidade. A autora explora como o espaço e a localização geográfica influenciam a percepção e experiência das pessoas em relação aos lugares.

No contexto prisional, a falta de oportunidades educacionais tem sido identificada como um fator que contribui para a perpetuação do ciclo de criminalidade. A ausência de acesso à educação formal limita o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, profissionais e socioemocionais dos apenados, dificultando sua reintegração social após o cumprimento da pena.

Diante desse cenário, iniciativas como por exemplo o incentivo à leitura, ao artesanato, a produção artística e as mais variadas formas de atividades culturais como jogos educativos, lúdicos e que promovem o bem-estar coletivo dos reeducandos visam promover a educação dentro das prisões têm sido implementadas. Tais programas têm como objetivo oferecer oportunidades de aprendizado e capacitação e socialização, permitindo que os indivíduos adquiram conhecimentos e habilidades que os auxiliem na reconstrução de suas vidas.

Estudos têm demonstrado que a educação no ambiente prisional desempenha um papel fundamental na redução da reincidência criminal. Ao oferecer oportunidades de aprendizado e qualificação profissional, os programas educacionais contribuem para o desenvolvimento pessoal e social dos apenados, aumentando suas chances de reintegração bem-sucedida na sociedade.

Dessa forma, a relação entre educação e encarceramento evidencia a importância de investir em políticas e práticas que promovam o acesso à educação formal e programas de ressocialização dentro das prisões. O trabalho de Bursztyn e Araújo (1997) e o artigo de Buttner (2015) contribuem para o entendimento dessas questões, fornecendo insights relevantes para a compreensão dos efeitos da falta de oportunidades educacionais e das iniciativas que buscam promover a educação como uma ferramenta de transformação no contexto prisional.

2.3 Perfil socioeconômico dos apenados

O perfil socioeconômico dos apenados é um aspecto relevante a ser considerado quando se discute o sistema prisional. Diversos estudos têm investigado as variáveis de idade, grau de instrução, etnia e condições socioeconômicas dos indivíduos envolvidos com o sistema de justiça criminal.

Nesse contexto, Mello (2011) aborda em seu artigo "A humanística perspectiva do espaço e do lugar" a importância de compreender o espaço e o lugar como elementos que influenciam a vida das pessoas. O autor traz reflexões sobre a relação entre o ser humano e

seu entorno, destacando a necessidade de considerar o contexto socioespacial na análise das desigualdades existentes.

Além disso, Pereira (2011), em seu trabalho intitulado "Território e política: práxis invertidas e desafios da existência", discute as implicações políticas e sociais presentes nos processos de territorialização. A autora investiga como as práticas sociais são influenciadas pelo território e como essas dinâmicas podem contribuir para a compreensão das desigualdades e exclusões presentes na sociedade.

Outro autor relevante para o tema é Holzer (1997), que em seu artigo "Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente" realiza uma análise fenomenológica desses conceitos. O autor busca compreender como as percepções e experiências individuais estão relacionadas com o espaço, a paisagem e o território, proporcionando uma visão mais abrangente dos fenômenos sociais.

Ao analisar o perfil socioeconômico dos apenados, observa-se que existe uma correlação entre fatores como idade, grau de instrução, etnia e condições socioeconômicas com o envolvimento com o sistema prisional. Estudos têm mostrado que indivíduos mais jovens, com baixa escolaridade, pertencentes a grupos étnicos marginalizados e em situação de vulnerabilidade socioeconômica têm maior propensão a serem afetados pelo sistema de justiça criminal.

Essas desigualdades sociais e econômicas refletem-se nos altos índices de encarceramento desses grupos, evidenciando a necessidade de políticas públicas que visem reduzir tais disparidades e promover a inclusão social. Compreender o perfil socioeconômico dos apenados e suas inter-relações é fundamental para o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção da criminalidade e de ressocialização dos indivíduos envolvidos com o sistema prisional.

2.4 Abordagens teóricas sobre o crime

Além disso, apresentaremos uma discussão sobre as principais teorias que buscam explicar as causas do crime, tais como a teoria da oportunidade, teorias sociológicas, teorias psicológicas e teorias criminológicas. Essas abordagens teóricas nos ajudarão a compreender os fatores individuais e sociais que contribuem para o comportamento criminoso e a relação com o perfil dos apenados.

Um dos autores relevantes nessa discussão é Bourdieu (1979), em sua obra clássica "A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino". Bourdieu analisa as relações entre educação e estrutura social, enfatizando como as desigualdades socioeconômicas se perpetuam através da reprodução das posições sociais. O autor demonstra como as condições de classe, acesso à educação e capital cultural influenciam a trajetória dos indivíduos, incluindo aqueles que acabam envolvidos com o sistema prisional.

Outro autor relevante para compreender o perfil socioeconômico dos apenados é Wacquant (2001) em seu livro "As Prisões da Miséria". Wacquant examina a relação entre a pobreza urbana, marginalização social e a expansão do sistema carcerário nos Estados Unidos. O autor argumenta que a criminalização da pobreza e o encarceramento em massa estão intrinsecamente ligados à falta de oportunidades socioeconômicas e à desigualdade estrutural. Suas análises têm implicações importantes para compreender as dinâmicas do encarceramento em contextos sociopolíticos específicos.

Ao considerar as contribuições de Bourdieu (1979) e Wacquant (2001) sobre o perfil socioeconômico dos apenados, é possível compreender a interseção entre desigualdades socioeconômicas, estrutura social e sistema prisional. Esses autores enfatizam a importância de políticas públicas que busquem enfrentar as raízes das desigualdades e promover oportunidades socioeconômicas para a população em situação de vulnerabilidade, como forma de prevenir o envolvimento com o sistema de justiça criminal.

3 PERFIL CARCERÁRIO NACIONAL E DO ESTADO DO TOCANTINS

De acordo com os dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais e do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (INFOPEN,) no relatório mais recente de dezembro de 2022, o Brasil possui uma população carcerária de aproximadamente 837.443 pessoas em situação de privação de liberdade, colocando o país em terceiro lugar no ranking das maiores populações carcerárias do mundo (Tabela 1). Ao observarmos os dados nas tabelas referentes à população carcerária, grau de instrução, etnia, faixa etária e incidências por tipo penal, fica evidente que o Brasil apresenta um descompasso entre educação e cultura de encarceramento (Tabela 2, 3 e 4).

Tabela 1: Quantidade de Presos/Internados

Homem	Mulher	Total
837,443	45,490	830,714
População carcerária a cada 100,000 habitantes	#	392,58

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais – junho 2022

O perfil social revelado pelos dados indica que a maioria das pessoas em privação de liberdade é considerada jovem, com faixa etária predominantemente entre 18 e 34 anos (Tabela 2).

Tabela 2: Quantidade de pessoas presas por faixa etária

Faixa Etária	Homem	Mulher	Total
18 a 24 anos	139,135	5,589	145,724
25 a 29 anos	164,167	7,960	172,127
30 a 34 anos	133,647	6,713	140,360
35 a 45 anos	168,173	9,939	178,112
46 a 60 anos	63,860	4,230	68,090
61 a 70 anos	11,455	571	12,026
Mais de 70 anos	2,482	62	2,544
Não informado	102,305	9,426	11,731

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais – junho 2022

O sistema prisional também revela que os crimes contra o patrimônio e o tráfico são os tipos penais mais frequentes no Brasil. Em relação à cor e etnia, a maior parte da população carcerária se autodeclara parda ou preta, e a esmagadora maioria é considerada semianalfabeta (Tabela 3 e tabela 4).

Tabela 3: Quantidade de pessoas por Etnia

Etnia	Homem	Mulher	Total
Branco	189,623	10,361	199,984
Preto	104,635	4,811	109,446
Pardo	326,477	16,965	343,442
Amarela	5,562	187	5,749
Indígena	1,631	197	1,828
Não Informado	157,296	12,969	170,265

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais – junho 2022

Tabela 4: Quantidade de pessoas por Grau de instrução

Grau de Instrução	Homem	Mulher	Total
Analfabeto	19,601	675	20,276
Alfabetizado sem cursos regulares	30,915	1,514	32,429
Ensino Fundamental Incompleto	309,959	13,858	323,817
Ensino Fundamental Completo	78,803	3,799	82,602
Ensino Médio Incompleto	106,364	6,078	112,442
Ensino Médio Completo	74,500	5,731	80,231
Ensino Superior Incompleto	7,769	981	8,750
Ensino Superior Completo	4,840	625	5,465
Ensino acima de Superior Completo	233	36	269
Não Informado	152,240	12,193	164,433

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais – junho 2022

Assim, o perfil nacional das pessoas em situação de privação de liberdade revela uma cultura que rotula o apenado brasileiro como jovem, pobre, preto e semianalfabeto. Segundo Clarke (1998), a oportunidade é considerada uma das principais causas do crime, ou seja, o comportamento criminoso é resultado da interação entre o indivíduo e o ambiente, além das oportunidades criadas. Assim, podemos verificar os dados de quantidade de pessoas presas por tipo penal (Tabela 05).

Tabela 5: Quantidade de pessoas presas por Tipos Penal

Tipo Penal	Homem	Mulher	Total
Crimes contra a pessoa	106,919	3,742	110,661
Crimes contra o patrimônio	295,722	7,688	303,410
Crimes contra dignidade sexual	41,113	722	41,835
Crimes contra paz pública	13,852	534	14,386
Crimes contra fé pública	4,711	211	4,922
Crimes contra a administração pública	1,319	64	1,383
Crimes praticados por particular contra a administração pública	1,274	34	1,308
Lei de Drogas	197,649	17,817	215,466
Estatuto do desarmamento	38,247	570	38,817
Crimes de Trânsito	3,401	65	3,466
Legislação específica /outros	14,030	705	14,735

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais – junho 2022

Nesse contexto, Vygotsky (2007) também defende que o aprendizado do indivíduo não pode ser dissociado do contexto histórico, social e cultural no qual está inserido. Para aprender, elaborar conhecimentos e construir-se como indivíduo, é necessário que o ser humano interaja com outros membros de sua espécie, com o ambiente e com a cultura.

Portanto, com base nessa abordagem analítica, podemos compreender como o indivíduo em situação de privação de liberdade interage com a cultura que o influencia. No Estado do Tocantins, é importante analisar os dados específicos, mais precisamente do objeto de estudo para entender o panorama local e identificar possíveis medidas que promovam uma maior igualdade, educação e oportunidades, buscando romper com o ciclo de encarceramento e promover a ressocialização dos indivíduos.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS NA CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE PORTO NACIONAL-TO

As entrevistas supracitadas foram feitas com dezenove (19) ex-reeducandos que cumpriram pena na Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional, neste caso, autodeclarados como sendo do sexo masculino. A condução da entrevista se deu em um período de pós prisão entre 5 e 6 meses ainda no período de pandemia. Relata-se que fica aqui comprometido a segurança dos dados de não revelação de nomes ou qualquer outra marca que possa identificar o participante, portanto ficando os dados colhidos usados apenas para fins de quantificação e porcentagem de amostra para isso desde já autorizados pelos participantes desta pesquisa.

Nesta feita, seguiram-se entrevistados(as) com os ex-reeducandos, onde todos se auto declararam como sendo do sexo masculino, a entrevista também revelou que 57, 8% declararam-se pardos; 26,3% brancos; 15,7% negros e deste percentual não houve outras declarações de pertencimento a outras etnias. Seguindo a entrevista, ela mostrou que a maioria dos entrevistados estavam em uma faixa etária compreendida entre 22 e 37 anos o que aponta que a população encarcerada no Estado tocantinense, em especial, na cadeia estudada segue o ritmo do número nacional, que cita que a população carcerária nacional é formada em sua maioria por jovens como já mencionado em dados nesse trabalho.

Nessa premissa em termos de educação as entrevistas revelaram que entre os entrevistados apenas 15,5% dos ex-reeducandos haviam concluído o ensino fundamental enquanto 84,2% dos entrevistados ou concluíram apenas aos anos iniciais do ensino fundamental ou não sabiam lê, o que delinea que a população carcerária em amostra evadiu-se da escola muito cedo ou não teve o devido apoio social educacional.

Na condução da entrevista foi perguntado aos ex-apanados se eles haviam recebido algum tipo de apoio familiar ou de amigos no processo de reinclusão social e vida cotidiana, assim, 57,8 % dos ex-reeducandos disseram que sim e 42,1% falaram que não. Nesta mesma entrevista foi questionado se algum dos entrevistados já havia sofrido algum tipo de discriminação social por já ter sido apenado o resultado foi que 68,4 afirmaram já ter sido vítima de algum tipo de discriminação por sua situação social passada, enquanto 31,5% disseram não ter sofrido nenhum tipo de rechaça.

No fator de geração de renda e trabalho 36,8% dos entrevistados afirmaram que conseguiram trabalho de carteira assinada logo após os 2 primeiros meses de seu retorno à sociedade e 63,1% disseram ter enfrentado dificuldades para conseguir a integração e aceitação ao mercado de trabalho formalizado.

Quando questionados sobre a cultura, modo de viver, de comportamento, falar, agir 78,9% dos entrevistados afirmaram que ainda mantêm alguns dos costumes, regras, linguajar, hábitos e outros modos operandi típicos de pessoas que se encontram em estado de privação de liberdade com por exemplo dar nomes as diversas gamas de objetos usados na cadeia, fazer

tatuagens simbólicas, fazer parte certos grupos de compactam das mesmas ideias, devoção a algum tipo de irmandade ou mesmo estabelecer laços que poderão durar fora do regime de cumprimento de pena, tudo isso sob o efeito da subcultura da cadeia e 21,0% dos entrevistados disseram ter esquecido todo e qualquer hábito adquirido no espaço de vivência carcerário.

Inquiridos acerca da experiência de ter passado parte de suas vidas em situação de privação de liberdade 63,1% dos ex-reeducandos afirmaram ter aprendido muito com o tempo em que passaram presos e que hoje tem um novo comportamento devido e também afirmam que abandonaram a vida do crime, já o restante dos entrevistados, neste caso, 36,8% afirmaram que não tiveram um bom proveito enquanto apenados e que procurariam atividades lícitas como forma reingresso social.

Ainda sobre as entrevistas, os ex reeducados ao serem questionados se ainda tinham algo que os incomodava ou se sofriam ainda com o processo de esquecimento da subcultura criminal adquirida ao longo de sua recondução social 47,3% dos entrevistados disseram não ter problemas com crime e a sua subcultura como fator inclusão social, entretanto 52,6 % deles disseram que embora tenham cumprido pena ainda lembram da cadeia “sempre” e mantêm alguns hábitos que segundo eles acabaram tornando-se algo difícil de esquecer.

Por fim, a pesquisa mostrou que embora existam iniciativas positivas no sentido de ajudar os reeducandos em suas trajetórias de volta ao convívio no quadro social, ainda existe uma falha tanto no processo ressocialização dos apenados quanto à sua integral volta a sociedade, onde o Estado não cumpre integralmente a devida assistência às pessoas que estiveram em estado de privação de liberdade. Embora exista um esforço conjunto de diversos setores governamentais no sentido de melhorar o processo de ressocialização, parte da parcela dessa falha a sociedade acaba compactuando ao não abraçar a causa social, mostrando-se despreocupada aquém da situação. Desta forma, conclui-se que o perfil socioeconômico dos ex-apanados da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional não se distancia dos perfis estaduais e nacional. A entrevista revelou que ainda que embora haja um esforço para a realização da completa inclusão social dos ex-reeducandos o Brasil acaba por não agir como o garantidor dos direitos sociais coletivos e o Estado ainda possui uma alta taxa de reincidência criminal o que tudo indica que ele precisa agir nas áreas de maiores vulnerabilidades sociais causadoras da subcultura criminal.

Assim, através do remodelamento de políticas sociais inclusivas, geração de trabalho, renda e esforço coletivo a longo prazo possa reverter o quadro social das pessoas que buscam inclusão social. Um estudo contínuo e ao compasso do tempo ainda poderá revelar outros fatores ocultos dentro da subcultura do crime e processo de reingresso de pessoas à vida em sociedade, uma vez que é muito vasto o tema a explorar.

5 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa será de cunho qualitativo, utilizando-se da observação participante e análise documental com o perfil. Essa abordagem metodológica foi escolhida devido à natureza complexa e multifacetada do objeto de estudo, que envolve a cultura prisional e o processo de ressocialização de ex-reeducandos.

A observação participante será uma ferramenta essencial para obter uma compreensão aprofundada da cultura prisional. Por meio dessa técnica, o pesquisador terá a oportunidade de imergir no contexto prisional, interagir com os participantes e vivenciar diretamente suas experiências e dinâmicas cotidianas. Isso permitirá uma coleta de dados mais rica e contextualizada, capturando nuances e aspectos consideráveis do ambiente prisional que podem influenciar o processo de ressocialização.

Além da observação participante, serão conduzidas entrevistas com ex-reeducandos. Essas entrevistas fornecerão insights valiosos sobre as experiências individuais dos participantes em relação ao processo de ressocialização. Através de perguntas abertas e semi-estruturadas, será possível explorar suas vivências, desafios enfrentados, percepções sobre a cultura prisional e a importância da ressocialização em suas trajetórias de reintegração social.

Por fim, a análise documental será realizada utilizando relatórios, registros e outros materiais pertinentes relacionados à cultura prisional e ao processo de ressocialização no Estado do Tocantins. Essa análise permitirá um mergulho nos documentos oficiais, políticas públicas, diretrizes e registros institucionais que moldam e influenciam a cultura prisional e as abordagens de ressocialização adotadas.

Autores brasileiros relevantes que discutem a metodologia qualitativa e a observação participante incluem Minayo (2004) e Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2010). Minayo, em seu livro "Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade", aborda os fundamentos e técnicas da pesquisa qualitativa, incluindo a observação participante. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, em "O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa", explora as bases teóricas e práticas da pesquisa qualitativa, incluindo a observação participante, em diferentes áreas de estudo.

Ao adotar essa abordagem metodológica qualitativa, esta pesquisa busca uma compreensão da cultura prisional e do processo de ressocialização, utilizando técnicas que permitam a imersão no contexto e a coleta de dados ricos e contextualizados. A combinação da observação participante, entrevistas e análise documental oferecerá uma visão abrangente e multifacetada do tema em estudo. Assim, segundo o sítio mantido pela secretaria de cidadania e justiça no ano de 2022 o Estado do Tocantins possuía uma população com pouco mais de 3.500 pessoas em situação de privação de liberdade além disso, o Estado destaca-se na

fomentação da atividade laboral, educação e geração de renda para os apenados e entre outras áreas. No demais, no âmbito dos números nacionais o Tocantins ocupa os 5º e 6º lugares no ranking de criação de atividades de trabalho e educacional para os educandos e Estado também demonstra um cuidado especial na preparação para o retorno e convívio social dos educandos ao fomentar projetos de leitura, geração de renda com artesanatos, serviços voluntários com apoio da sociedade e do sistema de justiça tocantinense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizou-se uma pesquisa abrangente sobre a relação entre educação, cultura de encarceramento e perfil socioeconômico dos apenados. Foi possível cumprir integralmente esse objetivo, conduzindo-se uma revisão bibliográfica e explorando-se os conceitos e teorias relacionados ao tema. No entanto, reconhece-se que a complexidade desse assunto demanda investigações futuras mais aprofundadas, especialmente em relação às causas e consequências dessa relação.

Quanto a comparação dos dados das tabelas e a pesquisa realizada que apontam o quadro nacional do sistema penitenciário do objeto de estudo, confirmou-se sua validade ao longo do estudo. Verificou-se que a maioria dos indivíduos em situação de privação de liberdade no Brasil apresenta características como sendo jovens, pobres, negros ou pardo e semianalfabeto e vem em sua maioria de áreas de acentuada vulnerabilidade social. Esses resultados evidenciam o descompasso entre assistência social governamental, educação e cultura de encarceramento no país, ressaltando a necessidade de políticas públicas que promovam igualdade de oportunidades e ressocialização dos apenados.

Este estudo contribui para o entendimento da relação entre educação, cultura de encarceramento e perfil socioeconômico dos apenados no Brasil. A análise dos dados disponíveis e a revisão bibliográfica realizada permitiram uma compreensão mais ampla do tema, enfatizando-se a importância de políticas educacionais no contexto prisional e a necessidade de enfrentar as desigualdades sociais que contribuem para o encarceramento em massa.

No entanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. Enfrentaram-se desafios em relação à disponibilidade e confiabilidade dos dados, o que pode ter impactado a precisão das análises realizadas. Além disso, a complexidade do tema exige uma abordagem multidisciplinar e investigações mais esmiuçadas em áreas como criminologia, sociologia e psicologia, para uma compreensão mais completa do fenômeno.

Recomenda-se que pesquisas futuras se aprofundem em aspectos específicos do tema, preenchendo lacunas e ampliando o conhecimento sobre a relação entre educação, cultura de encarceramento e perfil socioeconômico dos apenados. Poderão ser feitos outros estudos mais aprofundados para acompanhar a trajetória dos indivíduos, investigar as políticas educacionais no sistema prisional, analisar as causas e consequências da cultura de encarceramento e promover abordagens multidisciplinares. Essas pesquisas podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas no contexto prisional e para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2010.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane. **Encarceramento e desencarceramento no Brasil: a audiência de custódia como espaço de disputa**. *Sociologias*, v. 24, n. 59, p. 123-145, jan.-abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-103835>. Acesso em: 23 de jun. de 2023.
- BURSZTYN, I.; ARAÚJO, S. **Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília**. Editora UNB, 1997.
- BUTTNER, A. **Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar** / Place, reach, and the sense of place. *Geograficidade*, v. 5, n. 2, p. 10-25, 2015.
- CLARKE, R. V. **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies**. 2. ed. Harrow and Heston Publishers, 1998.
- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente. **Revista TERRITÓRIO, Brasília**, v. 2, n. 3, p. 7-20, 1997.
- MELO, S. N.; SA, A. J.; LACERDA, E. G.; CHAGAS, C. A. N. **Coordenação de GT - 61 Geografia do Crime e da Violência - XIV**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2019.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Secretaria Nacional de Políticas Penais (2022)** Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br>. Acesso em: 05 de jun. de 2023.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Tocantins**. Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins. Disponível em: <https://www.to.gov.br/cidadaniaejustica>. Acesso em: 04 jun. 2023
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. A Humanística perspectiva do espaço e do lugar. *Revista ACTA Geográfica*. Ano V, n. 9, jan./jun., 2011
- <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil/> (BRASIL 2015) "Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil", publicado pela Secretaria Geral da Presidência da República e pela Secretaria Nacional de Juventude em 2015.
- PEREIRA, M. F. V. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. *Sociedade & Natureza*, v. 23, n. 1, p. 95-104, 2011. 84 páginas.